

Leia neste número:

- Plano de Proteção ao Emprego (PPE) 01
- Governo lança plano para evitar demissões 01
- Manter calendário para o Abono Salarial 02
- Pela Recuperação das Aposentadorias 02
- Cúpula Social do Mercosul 03
- Nova Declaração Sociolaboral 03
- Lei de Cotas completa 24 anos 04
- UGT protesta no 2 de julho, em Salvador 04

Plano de Proteção ao Emprego (PPE)

Ricardo Patah, presidente Nacional da União Geral dos Trabalhadores



A União Geral dos Trabalhadores - UGT defende a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial.

Esta bandeira histórica da classe trabalhadora não se confunde com a redução de jornada e de salários prevista no Programa de Preservação do Emprego (PPE), medida meramente paliativa e de curto fôlego, proposta pelo Governo Federal para a garantia, com dinheiro público, de alguns postos de trabalho, em empresas privadas nos momentos de crise econômica.

O PPE não é solução para o desemprego, pois não vai ao cerne da questão da redução da atividade econômica, induzida pela política recessiva imposta ao país no âmbito do draconiano ajuste fiscal em curso.

Entretanto, há que se registrar que o PPE apresenta um diferencial em relação às demais alternativas disponíveis, principalmente no que tange à garantia real do vínculo empregatício, com redução salarial menor de que a equivalente redução de jornada e a aplicabilidade apenas e tão somente nas empresas em que os trabalhadores, assistidos por seus sindicatos, assim o decidirem em assembleia.

A Medida Provisória que institui o PPE ainda depende de debates no Congresso Nacional, onde a UGT estará presente buscando fazer as correções que achamos necessárias a partir das deliberações de nossa direção nacional. A UGT também é contrária que o PPE utilize recursos do FAT, que deve ser preservado para seguir servindo como fundamental instrumento de políticas públicas de emprego, renda e qualificação profissional.

Governo lança plano para evitar demissões

O governo anunciou nesta segunda-feira, 6, um plano para evitar novas demissões na indústria, uma tentativa clara de interromper o aumento do nível de demissões do País e de evitar que a popularidade da presidente continue derretendo.

A equipe de Dilma Rousseff propôs que a jornada de trabalho e os salários dos empregados sejam reduzidos em até 30% em momentos de crise ou de queda expressiva de produção, como o que ocorre agora nos setores automobilístico e químico. Para o empregado, no entanto, o salário será cortado em até 15%, porque haverá uma complementação com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O Plano de Proteção ao Emprego (PPE) demorou três anos para sair do forno e envolveu discussões com a indústria e os sindicatos. O governo se inspirou em um programa muito semelhante ao adotado na Alemanha, berço das indústrias automobilísticas. Os detalhes finais da Medida Provisória (MP), que foi assinada pela presidente Dilma, foram antecipados pelo Estado há quinze dias.

A redução da jornada e do salário precisa ser aprovada em assembleias com os sindicatos para ser implementada. A Constituição impede a redução de direitos trabalhistas, a não ser por acordos desse tipo. O limite por trabalhador para a contrapartida do FAT será de R\$ 900,84 (o correspondente a 65% da parcela máxima que o fundo paga de seguro-desemprego). O salário máximo para ser contemplado por esse plano é de R\$ 6 mil.

Um trabalhador que recebe R\$ 2.500 de salário, por exemplo, e entrar no PPE, passaria a ganhar R\$ 2.125, dos quais R\$ 1.750 pagos pela empresa e R\$ 375 bancado com recursos do FAT, fundo responsável pelo pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial.



Entenda o Programa de Proteção ao Emprego

Manter calendário para o Abono Salarial



UGT contra extensão do calendário e ao lado do trabalhador

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, representada pelo **Secretário Geral Canindé Pegado**, no **Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT**, votou contra a extensão do calendário do abono salarial de 2015, que fará com que aproximadamente metade dos trabalhadores, com direito ao abono, só receba o benefício no próximo ano.

Essa mudança foi aprovada, no dia 2 de julho, pelo CODEFAT que reúne representantes dos trabalhadores, do governo e dos empresários.

Em vez do cronograma tradicional de pagamento, em 4 meses, de julho a outubro, **o abono será pago em 9 meses, de julho deste ano até março de 2016**. Do total de R\$ 19,1 bilhões previstos, R\$ 10,1 bilhões serão desembolsados ainda neste ano. Essa medida vai permitir que o governo economize R\$ 9 bilhões em 2015.

Canindé Pegado, além de se posicionar contra a alteração no pagamento do abono, fez duras críticas ao governo, que quer fazer o ajuste fiscal às custas do trabalhador, principalmente aquele de menor renda.

A bancada do Governo com o apoio da bancada dos empregadores, aprovou a tal mudança, mas, a bancada dos trabalhadores conseguiu aprovar uma proposta na mesma reunião, para o CODEFAT convocar uma reunião extraordinária, que ficou marcada para o próximo dia 17 de julho, a fim de voltar a discutir o calendário que foi alterado.

Esse foi mais um golpe aplicado pelo Governo contra os trabalhadores e que, além da surpresa, pois não houve discussão anterior para tratar dessa alteração, o FAT é um fundo social para beneficiar os trabalhadores e não pode ser usado para fazer política de ajuste fiscal, disse Canindé Pegado, inconformado com o prejuízo que os trabalhadores terão, se permanecer a mudança do calendário do abono salarial.

A UGT mantém sua posição de defender os beneficiários de Seguro Desemprego, mesmo contra o governo e os empregadores, encerrou Canindé Pegado.

Pela Recuperação das Aposentadorias

Sindicalistas cobram recuperação do poder de compra das aposentadorias

O **presidente do Sindicato dos Aposentados, Idosos e Pensionistas da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Natal Leo**, pediu a elaboração de uma política para os aposentados, nos moldes do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, do Ministério do Trabalho.

- Por que não temos uma política nacional de aposentadoria decente? É vergonhoso o que se faz com o aposentado brasileiro - disse ele.

A questão foi levantada na reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) da terça-feira, dia 7, juntamente com representantes de entidades sindicais que reivindicaram o fim do fator previdenciário e novas regras de aposentadoria.

Eles também pediram a aprovação, sem mudanças, da Medida Provisória 672/2015, que está na pauta do Plenário do Senado. A proposta, na forma como foi aprovada na Câmara dos Deputados, estende às aposentadorias e pensões a fórmula de reajuste do salário mínimo. A MP repete para os próximos anos as atuais regras de reajuste: variação do INPC do ano anterior mais crescimento do PIB apurado dois anos antes.

O presidente da CDH, **senador Paulo Paim (PT-RS)**, defendeu a aprovação da matéria, que deve ser votada nesta quarta-feira (8).

- O Senado já votou, seria uma incoerência total o Senado agora não votar uma emenda que vem da Câmara dos Deputados. Que vai assegurar simplesmente o direito de termos uma política salarial definitiva para os aposentados que ganham mais que um salário mínimo - afirmou o senador.



Cúpula Social do Mercosul

O Brasil sediará a 18ª edição da Cúpula Social do Mercosul, que será realizada em Brasília, nos dias 14, 15 e 16 de junho de 2015, no Centro Internacional de Convenções do Brasil.

O Brasil já sediou quatro edições desse evento: em 2006 (Foz do Iguaçu), 2008 (Brasília), 2010 (Salvador) e 2012 (Brasília). Cada um desses eventos contou com a participação de mais de 400 participantes, de toda a região, do Brasil, dos países membros e dos países em processo de adesão. No Brasil, a Cúpula Social do Mercosul é realizada pelo Grupo Focal do Programa Mercosul Social e Participativo com apoio da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** e a **Confederação Sindical das Américas (CSA)** vão participar do evento.



Nova Declaração Sociolaboral

Declaração Sociolaboral será submetida à sanção da Cúpula do MERCOSUL

A nova Declaração Sociolaboral aprovada em junho pela Reunião de Ministros do Trabalho do MERCOSUL, será submetida à sanção da Cúpula de Presidentes e Chefes de Estado do MERCOSUL, de 17 de julho 2015, em Brasília.



A revisão e atualização da Declaração Sociolaboral vêm sendo defendidas pela **Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul** há muitos anos, e a proposta de revisão foi apresentada em 2013, sob a direção do então secretário geral da entidade **Valdir Vicente de Barros**, vice-presidente da UGT.

O documento representa uma resposta dos países do Bloco ao contexto de crise econômica e de ofensiva contra os direitos sociais e trabalhistas, reforçando o compromisso dos Estados Partes de colocar o trabalho decente no centro do processo de integração regional.

A afirmação dos direitos trabalhistas é produto da iniciativa dos trabalhadores, por meio da **Coordenadora de Centrais Sindicais**, considerando que o processo de integração não pode se restringir somente a questões comerciais e econômicas. A garantia e observância da temática laboral resultaram na criação e aperfeiçoamento de marcos regulatórios e na reafirmação de patamares mínimos de direitos tendo em vista a redução de assimetrias e a promoção da justiça social para o pleno exercício da cidadania nos países do Bloco.

A nova Declaração é resultado de um amplo e profundo processo de revisão da Declaração Sociolaboral de 1998 e contou com a participação ativa de atores sociais (representantes dos trabalhadores e empregadores dos países do bloco) que compõem a Comissão Sociolaboral do Mercosul, consolidando o compromisso com a continuidade do diálogo social e do tripartismo como mecanismo indispensável para gerar os consensos necessários ao exercício da governabilidade democrática.

Além de reafirmar os princípios e compromissos expressos na Declaração Sociolaboral do Mercosul de 1998, o documento incorpora avanços alcançados nos últimos anos em relação a temas como: Trabalho Decente, Direitos Individuais e Coletivos, Saúde e Segurança no Trabalho, Trabalhadores Migrantes, Remuneração, Empresas Sustentáveis, Diálogo Social, entre outros.

Os Estados-Partes, por meio da Declaração Sociolaboral, reafirmam a adoção de valores como a promoção do emprego de qualidade, das condições saudáveis de trabalho e do bem-estar dos trabalhadores; respeito, promoção e exercício dos direitos e obrigações contidos nas convenções da OIT e de uma série de instrumentos garantidores de direitos

24 de julho de 2015

Lei de Cotas para Deficientes completa 24 anos

Sindicato dos Comerciantes promove ações para seu cumprimento

O Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, apesar de acreditar faltarem muitos avanços, celebra esse aniversário pelo que já foi conquistado. A Lei de Cotas é a principal ação afirmativa para o ingresso e a permanência de trabalhadores com deficiência nas empresas brasileiras. Por isso, diariamente, a entidade sindical promove ações que incentivem seu cumprimento.



Comerciantes de SP e Pão de Açúcar assinam termo

Na manhã desta quinta-feira, 2 de julho, o Sindicato dos Comerciantes de São Paulo obteve mais uma conquista rumo à igualdade no mercado de trabalho.

O Grupo Pão de Açúcar, representado pelos senhores Antônio Salvador, vice-presidente de RH do GPA, e Sérgio Murilo, responsável pelo departamento de Relações Sindicais, assinou o Termo para Contratação da Pessoa com Deficiência, se comprometendo a cumprir a contratação da cota destinada às pessoas com deficiência.

O documento foi assinado com o Ministério do Trabalho e Emprego, o Sincovaga (Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios) e a Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência do Sindicato.

UGT protesta no 2 de julho, em Salvador (BA)

Descontração e protestos marcaram a participação da **União Geral dos Trabalhadores (UGT Bahia)** no desfile cívico do 2 de julho, nesta quinta, em Salvador. Sindicalistas de diversos segmentos que compõem a Central baiana vestiram a camisa e foram às ruas.



O presidente da UGT Bahia, **Magno Lavigne**, reforçou o caráter de luta da festa cívica. "Nós baianos temos uma festa democrática e cívica que representa o espírito de luta de nosso povo", disse.

Na mesma linha, o secretário de Comunicação da UGT Bahia, Mário Conceição, parabenizou o espírito de luta das lideranças ugetistas presentes ao ato. "Somos uma entidade que verdadeiramente representa os trabalhadores", elogiou.

História - A independência da Bahia teve um papel fundamental para a consolidação da libertação do Brasil do jugo da coroa portuguesa, no dia 2 de Julho de 1823. (UGT Bahia)

8 ANOS DE SINDICALISMO CIDADÃO, ÉTICO E INOVADOR



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES
FUNDADA EM 19/07/2007

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos



Saiba mais sobre a
Lei de Cotas